



Tomás Oliveira Dias viria a propor, no último conselho nacional, que esse número fosse aumentado para quatro.

Neste sentido, e adquiridos desde sempre os nomes de Carlos Macedo e Ângelo Correia, Francisco Balsemão começou por convidar Eurico de Melo para ocupar um destes lugares, o que este recusaria, como referimos.

O líder do PSD convidaria então, num encontro mantido com ambos, Helena Roseta e Amândio de Azevedo a cooptarem entre si para se candidatarem a uma das vice-presidências. Um e outro diriam que só aceitavam ficar os dois, o que foi considerado demasiado por Balsemão. Nessa altura já Pedro Roseta havia aceitado o lugar de embaixador de Portugal na OCDE (ver notícia em outro local) e portanto o lugar de líder parlamentar, com assento no comité

permanente da comissão política, estava em aberto. O raciocínio de Balsemão era simples: Amândio de Azevedo será quase seguramente o futuro líder parlamentar, como tal com assento no comité permanente (órgão de sete membros que dirige o partido) e portanto havia que escolher para o lugar de quarto vice-presidente uma personalidade que evitasse uma hegemonia, também na comissão política, da «corrente alternativa».

Os «nãos» de Helena Roseta e Amândio de Azevedo levariam Balsemão a optar por uma solução que lhe é claramente favorável: Carlos Macedo, Ângelo Correia, Fernando Amaral (dirigente de muito prestígio e influência que poderá atenuar parte das bases nortenhas, a «ausência» de Eurico de Melo) e ainda Mário Raposo, situado próximo dos «sa-carneiristas» mas com capacidade de diálogo. Francisco Balsemão conse-

guiaria ainda trazer para a «sua» comissão política dois homens com importância no jogo de influências: Afonso Moura Guedes e José Vitorino. Helena Roseta, algo surpreendentemente, acabaria, também, por aceitar integrar a lista, como vogal.

A preponderância dos sectores governamentais na lista de Balsemão (onde aparece também o ministro do Trabalho, Nascimento Rodrigues) é evidente, e esta terá sido também uma das razões que tornou inviável um acordo para a constituição de uma lista conjunta para o conselho nacional. Balsemão tinha conseguido o seu objectivo de ficar com um comité permanente de quase total confiança: António Capucho, Carlos Macedo, Ângelo Correia, Fernando Amaral, Mário Raposo, e muito provavelmente Amândio de Azevedo, depois das eleições para a direcção do grupo parlamentar.



Helena Roseta, Eurico de Melo e Cavaco Silva  
Uma alternativa para o que der e vier

## Os órgãos nacionais do PSD e as listas de candidatos

Depois do VIII Congresso, e aprovadas que sejam as alterações aos estatutos, são os seguintes os órgãos nacionais do PSD.

**Congresso; Conselho Nacional** (integram este órgão o presidente e vice-presidentes da mesa do Congresso, o presidente do partido, trinta membros efectivos e dez suplentes eleitos em congresso, dez membros da JSD, os presidentes ou seus substitutos das comissões políticas distritais, dois representantes da Madeira e dois dos Açores, os directores (3) do gabinete de estudos e um representante dos núcleos de emigração eleitos pelos delegados destes ao congresso nacional); **o presidente do partido; a comissão política nacional; a comissão permanente nacional** (é o órgão que assegura, sem solução de continuidade, a representação política do partido no âmbito da competência da comissão política nacional, sendo composta pelo presidente do

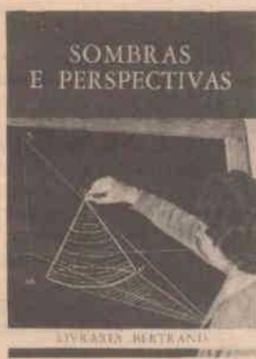
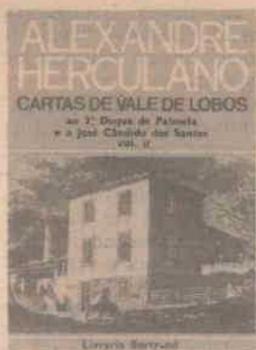
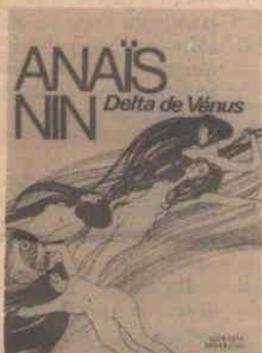
partido, os vice-presidentes da comissão política nacional, o presidente do grupo parlamentar e o secretário geral); **o conselho de jurisdição nacional e o grupo parlamentar.**

Ao sufrágio para a comissão política nacional concorre apenas uma lista que integra: Francisco Pinto Balsemão (presidente); Carlos Macedo, Fernando Amaral, Ângelo Correia e Mário Raposo (vice-presidentes); António Capucho (secretário-geral); Mário Adegas, Tomás Oliveira Dias, Américo Abreu Dias, Moura Guedes, Artur Mota, Nascimento Rodrigues, José Vitorino e Helena Roseta (vogais).

Para o Conselho Nacional apresentam-se duas listas. A lista A, afecta a Francisco Balsemão, integra: Ribeiro de Almeida, Mota Amaral, João Jardim, Loureiro Borges, Vítor Crespo, Meneres Pimentel, Luís Martins, António Cabecinha, Artur Nobre, Vasco de Carvalho, Alexandre Gouveia, Alvaro Barreto, Maria de Lur-

des Breu, Fernando Figueiredo, Casimiro Pires, Mariana Calhau Perdigão, Pereira da Silva, Mota Veiga, Vasco Pulido Valente, Alberto Regueira, Manuel Martins, Jorge Paz Rodrigues, Silva Domingos, Tomás Henriques, Jaime Tinoco, Vítor Boucho, Carlos Cardoso, Rui Santos Alves, Zorinho Cardoso e Melo e Silva. A lista B, patrocinada por Helena Roseta, integra: Eurico de Melo, Cavaco Silva, Amândio de Azevedo, Montalvão Machado, Rui Amaral, Rui Almeida Mendes, Mário Maduro, Correia Afonso, Arménio Santos, Pedro Santana Lopes, José Espírito Santo, Joaquim Trindade, Conceição Monteiro, Mendes Bota, Dinah Alhandra, Pedro Pais Vasconcelos, Leonel Santa Rita, João Gonçalves, Fernando Roriz, Virgínia Estorninho, Daniel Bastos, Manuel Braga, João Cordeiro Pereira, Machado Lourenço, João Uva, Mourão Andrade, Duarte Meira, Arménio Matias e Firmino Duarte.

# OS LIVROS DO MÊS



ROMANCE • ENSAIO • HISTÓRIA  
ECOLOGIA • CARTAS • TÉCNICA • BIOGRAFIAS

193  
edições BERTRAND

**Rappson**  
INTERNATIONAL

um toque de classe

Balsemão propõe a Eanes

# Pulido Valente na UNESCO no lugar de Pintasilgo

Carneiro Jacinto

O primeiro-ministro, Francisco Balsemão, entregou no final da semana passada ao Presidente da República uma proposta de movimento diplomático em que propõe a designação de Vasco Pulido Valente para o cargo de embaixador de Portugal junto da UNESCO, segundo apurou «O Jornal» junto de uma fonte do MNE.

O antigo secretário de Estado da Cultura, e actual assessor político do primeiro-ministro, substituiria no cargo a eng.ª Maria de Lurdes Pintasilgo que o Executivo insiste em manter afastada daquele posto diplomático.

Atendendo às reservas desde sempre manifestadas pelo general Ramalho Eanes em exonerar Lurdes Pintasilgo do cargo de embaixadora junto da UNESCO, o MNE estaria a evidar esforços no sentido de encontrar um «cargo de prestígio» a nível internacional a que a antiga primeiro-ministro pudesse concorrer. Segundo as mesmas fontes a solução — Pulido Valente — seria assim negociada com o Presidente da República, na base de uma contrapartida condigna. O assunto deve ter começado a ser discutido ontem, quinta-feira ao fim da tarde, no decorrer do encontro semanal de trabalho realizado entre Eanes e F. Pinto Balsemão.

A proposta de nomeação de Pulido Valente, bem como a de Pedro Roseta para a OCDE, parece, entretanto, não terem sido acolhidas muito favoravelmente pelos diplomatas de carreira do MNE. A explicação dada teria sido a de que, tanto na UNESCO como na OCDE sempre estiveram embaixadores políticos, dada a especificidade dos lugares e, portanto, não era agora aberto um precedente.

A questão dos embaixadores políticos foi um dos «cavalos de batalha» do Governo Sá Carneiro que se serviu deste pretexto para afastar dos seus cargos todos os chefes de missão que não eram da sua linha política ou não apoiavam pública e

notoriamente o Governo. Certos meios diplomáticos contactados por «O Jornal» referiram-nos aceitar e admitir, em certos casos, a nomeação de personalidades fora da carreira para embaixadores, desde que se trate de pessoas de «reconhecida «craveira» e dispo de conhecimentos indiscutíveis sobre as matérias de que se vão ocupar. Referiram-nos, como exemplo, o caso de Hernâni Lopes, actual embaixador na CEE, mas dentro do mesmo princípio foram-nos colocadas muitas reticências tanto a Pulido Valente como, sobretudo, a Pedro Roseta.

## Primeiro-ministro discute com casal Roseta qual o cônjuge a ir para a OCDE

A história da escolha de Pedro Roseta para o cargo de embaixador na OCDE tem, por seu turno, o seu quê de insólito. A verdade é que, tal como «O Jornal» noticiou a semana passada em primeira mão, Pinto Balsemão começou por convidar Helena Roseta para aquele cargo. A deputada do PSD não aceitou de imediato, muito embora tivesse dado a entender ao primeiro-ministro e a diversas pessoas da sua confiança o agrado com que veria a sua ida para Paris. Para Helena Roseta o «timing» de aceitação do convite terminava logo após a realização do congresso do PSD, dependendo dos resultados aí alcançados não só por ela, como também pela «sensibilização» a que se encontra ligada. Por outras palavras, Helena Roseta estava disposta a aceitar



Vasco Pulido Valente e Pedro Roseta Embaixadores políticos «fornada AD»?



o cargo se Pinto Balsemão dispusesse de uma clara maioria na nova comissão política.

Pinto Balsemão tinha praticamente pronta a proposta de nomeação de Helena Roseta a submeter ao Presidente da República quando recebeu, em S. Bento o líder parlamentar do PSD, Pedro Roseta, que lhe comunicou estar desmotivado pela actual situação política, o seu descomprometimento e desinteresse por todas as «lutas» que se travavam no seio do partido, e em suma, a sua disponibilidade e agrado em ser «o nomeado» para a OCDE. Este «volte-face» surpreenderia não só Pinto Balsemão, como alguns dos seus colaboradores mais próximos, mas o primeiro-ministro acabaria por aceitar a solução, numa conversa com o casal Roseta. Nesse mesmo dia, Eanes receberia, em Belém, das mãos do primeiro-ministro, a proposta de nomeação de Pedro Roseta. Entretanto, Helena Roseta ainda admitia na televisão a possibilidade de vir a aceitar o convite de Francisco Balsemão...

Diversos observadores fizeram notar, a propósito, a «O Jornal», a sua incredulidade pela escolha de Pedro Roseta em virtude da sua inexperiência

nestas matérias, e consideram que neste caso, como no de Pulido Valente, o que se verifica é a distribuição de lugares por pessoas de confiança, num clientelismo que a AD sempre disse combater, mas na prática apoia claramente.

## Novos directores-gerais: Luís Figueira e Cunha Matos

O movimento diplomático ora proposto pelo Governo ao Presidente da República prevê ainda a nomeação de dois novos directores-gerais dos negócios económicos e dos serviços centrais. Foram escolhidos para estes cargos, respectivamente, Luís Figueira, até ao momento embaixador de Portugal no Canadá, e Cunha Matos, que desempenhava, há dois anos, as funções de inspector diplomático do MNE, tendo sido anteriormente embaixador em Caracas.

Por outro lado, admite-se como muito provável que o actual embaixador em Estocolmo, Trigueiros de Aragão, venha a ser nomeado chefe do protocolo em substituição de Ary dos Santos, permanecendo, entretanto, em funções o actual di-

rector dos negócios políticos, Vaz Pereira.

Alexandre Lencastre da Veiga e Grainha do Vale, até agora directores-gerais, respectivamente dos negócios económicos e dos serviços centrais, irão chefiar as missões de Bruxelas e Rabat.

A movimentação diplomática prevê ainda, entre outras, as nomeações de Luís Martins, actual assessor do PR, para o cargo de embaixador no Zimbábue e de Melo Gouveia, actual cônsul no Maputo, para embaixador na Tailândia.

Um dos lugares de maior importância, o de embaixador na ONU, vago depois das saídas de Futscher Pereira (para Washington) e de Leonardo Matias (actual secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros) continua por preencher, prevendo-se que venha a ser tomada uma decisão dentro de um ou dois meses no máximo.

## Balsemão e Leonardo Matias nos Emiratos e Oman

«O Jornal» pôde apurar, entretanto que o primeiro-ministro, Pinto Balsemão se desloca, na sua primeira visita oficial ao estrangeiro, no próximo dia 28 de Fevereiro aos Emiratos Árabes Unidos e a Oman. Pinto Balsemão que viajará acompanhado, entre outras personalidades, por Leonardo Matias, deverá permanecer naqueles países até 5 de Março. O petróleo estará no centro das conversações, mas prevê-se que outros negócios, ligados, designadamente à indústria naval possam vir a ser discutidos.

«Não vamos aos Emiratos mendigar petróleo — disse-nos uma fonte bem colocada, que acrescentou ser preocupação da delegação portuguesa tentar estreitar os laços de amizade entre Portugal e os países árabes, e divulgar a nossa cultura.»

Os países árabes foram, aliás dos primeiros a responder ao pedido de auxílio formulado pelo Governo português para fazer face à prolongada seca. O MNE levou recentemente a cabo uma acção diplomática de certa envergadura para sensibilizar a opinião pública internacional para a situação que se vive no nosso país. Essa acção visava ainda encontrar apoios financeiros e outros. Ao contrário do que chegou a ser anunciado, a Arábia Saudita não prometeu para já dar qualquer

ajuda financeira, admitindo-se contudo que a posição de abertura já manifestada, entre outros pelo seu Governo e pelo do Kuwait, se venha a concretizar brevemente.

## Missão portuguesa em Moçambique

Assinale-se, por outro lado que está em preparação a deslocação de uma missão portuguesa a Moçambique, nunca antes do próximo mês de Março, para discutir «de forma aberta e ampla» com as autoridades moçambicanas diversos temas de possível cooperação. Leonardo Matias, cujo dinamismo tem sido muito notado nas Necessidades, está a trabalhar na preparação dos «dossiers» e deverá encabeçar a delegação portuguesa. Antes ou depois dessa deslocação o ministro dos Estrangeiros de Moçambique deverá visitar Lisboa.

Esta semana esteve em Lisboa o ministro dos Negócios Estrangeiros de Cabo Verde, Silvano da Luz que se reuniu, num almoço de trabalho, nas Necessidades, com André Gonçalves Pereira, Leonardo Matias e Corsino Fortes. Os trabalhos da reunião dos não-alinhados estiveram no centro das discussões. Refira-se ainda que o chefe da diplomacia portuguesa recebeu em audiência o embaixador da União Soviética, Kalinin. Muito embora das conversações não tivesse ressaltado nada de novo nas posições dos dois países, foi considerado positivo o facto de Kalinin ter sido recebido pelo ministro, e que não havia sucedido durante todo o consulado de Freitas do Amaral.

## Governo informado da deslocação de Vítor Alves

Refira-se, finalmente que dentro do quadro das novas (e parece que excelentes) relações estabelecidas entre Presidente da República e Governo, Ramalho Eanes informou Pinto Balsemão sobre a deslocação do tenente-coronel Vítor Alves à Guiné-Bissau, a convite do Conselho da Revolução daquele país. Antes da sua partida, o porta-voz do CR foi recebido por André Gonçalves Pereira, a quem informou, depois, dos resultados e teor das conversações travadas em Bissau.

## Perspectiva

José Silva Pinto



# PSD e PS: soluções diferentes para o mesmo problema

Por razões totalmente diferentes, os dois maiores partidos portugueses encontram-se, nestes dias, confrontados com o mesmo problema: como não-de viver sem, como até agora, serem encarnados por comandantes supremos a quem reconheciam autoridade quase absoluta?

No caso do PSD, a morte física de Sá Carneiro desde logo se transformou no catalisador de uma acérrima luta pelo poder, em que vieram ao de cima as contradições internas de um partido cuja prática política nem de perto nem de longe corresponde ao respectivo programa, até hoje não revogado. Tendo logrado ascender ao posto de presidente do PSD e à chefia do Governo, Francisco Pinto Balsemão

cedo teve de se defrontar com uma mais ou menos clara oposição de influentes «barões» do seu partido, pouco interessados em dar asas a um homem em quem não vêem o herdeiro da política de confronto que, bem entendido, Sá Carneiro apenas começara a executar e que, fosse qual fosse o resultado das eleições presidenciais, procuraria levar às últimas consequências.

Desaparecido Sá Carneiro, ficou claro que nem toda a gente, no PSD, afinava pelo seu diapasão, sobretudo no que diz respeito à catastrófica visão de um Ramalho Eanes disposto a fazer vingar um projecto de poder político pessoal, que passaria pela destruição dos partidos... A influência do malogrado

presidente do PSD era tal, no partido, que a sua insistência nessa tese bastava para «convencer» mesmo os que nela não criam. Com a morte do líder carismático, o PSD ficou sem ninguém capaz de, com poder de persuasão sequer aproximado, apresentar como «verosímil» aquilo que, seguramente, é apenas produto de fantasia.

Seja qual for o resultado do congresso do PSD, neste fim-de-semana, o partido não será jamais o mesmo que Sá Carneiro consubstanciou, desde a fundação, em Maio de 1974. Nele se entrecrocaram, agora, vários poderes, sem que se perspetive a hegemonia absoluta de um deles sobre os restantes. O que, naturalmente, pode contribuir para a «democratização» de um partido onde, no passado recente, os ventos sopraram num sentido preocupante...

## «Bofetadas» e tragédia

No Partido Socialista, está igualmente em curso um tenso debate, cujas últimas consequências não é possível prever, pois tudo, em última análise, dependerá da reacção de Mário Soares às posições de outros influentes dirigentes socialistas que o secretário-geral tem interpretado como «bofetadas».

Desde sempre, ao longo da existência legal do Partido Socialista, Mário Soares cimentou a sua influência numa permanente concilia-

ção das várias «sensibilidades» nele coexistentes, o que, aliado ao seu instinto de «animal político» e à sua efectiva proximidade com grandes vultos da política europeia, fez dele o que até há alguns meses foi: um líder praticamente incontestado. Todavia, a partir do momento em que a sua postura relativamente à recandidatura do general Eanes o colocou em confronto com o Secretariado e com a maioria dos (mais) notáveis do partido, Soares assumiu-se, na prática, como uma das «sensibilidades», em confronto aberto com as outras, em nome de uma clarificação que — se o não for — poderá redundar numa tragédia para o PS. E, por acréscimo, para o aprofundamento da normalidade democrática, em Portugal.

A grande diferença entre os «casos» do PSD e do PS é que no primeiro, não existe, à partida, um risco de «grupuscularização» do partido, dado que nenhum dos «barões» sociais-democratas tem força para ensaiar uma saída do partido e levar com ele quem quer que seja, mas, no caso dos socialistas já o mesmo não sucederia se, por exemplo, Mário Soares, concretizasse as ameaças de abandono do seu alto cargo (ou mesmo do partido...) que já tem feito suspender sobre as cabeças dos dirigentes que o querem como dirigente máximo — mas não como «rei absoluto»...

Por isso, confrontados com o mesmo problema, os dois partidos terão de, para eles, encontrar soluções diferentes.